



O MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Augusto Felipe Caramico dos Santos¹

Thais de Lana Santos²

Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Editor Científico: Maria Amelia Jundurian Corá

RESUMO

O microcrédito como conhecido hoje surgiu na década de 70, no Bangladesh, através do projeto do professor Muhammad Yunus, que consistia na concessão de pequenos empréstimos a aldeões da região de Jobra, em Bangladesh, na Ásia. Seu projeto se iniciou quando emprestou uma pequena quantia que ajudou dezenas de famílias a saírem da condição da miséria crônica existente no local. A partir do sucesso da iniciativa, seu projeto alcançou medidas grandiosas, servindo como modelo para o combate a pobreza no mundo todo. No Brasil, anos mais tarde, surgiram alguns projetos que utilizavam a concessão de empréstimos a pequenos empreendedores, inspirado no modelo de Yunus, com o objetivo de geração de renda, suporte e treinamento aos tomadores de recurso. Baseado na essência dos dois modelos, a pesquisa em questão tem como objetivo delinear as semelhanças e diferenças entre os dois modelos existentes de microcrédito, traçando um comparativo entre os dois programas e as principais variáveis que os permeiam.

Palavras chave: Microcrédito, Pobreza, Empreendedores, Grameen, Crediamigo.

ABSTRACT

Microcredit as known today was born in the 70s in Bangladesh by Muhammad Yunus Professor's project, which consisted in concession of smalls loans to villagers of Jobra region in Bangladesh, Asia. His project began when he lent a small amount that helped dozens of families to get out of the chronic condition of poverty existing in the region. From the success of the initiative, your project has achieved grandiose measures, serving as a model to combat poverty around the world. In Brazil, years later, some projects appeared that used the loans to small entrepreneurs, inspired by the model of Yunus, with the goal of generating

¹ Mestre em Administração de Empresas pela PUC-SP. Graduado em Administração de Empresas e Direito pela mesma instituição. Atua como Professor no Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuarias da PUC-SP na na área de Finanças. Endereço Postal: Rua Monte Alegre, 984, Perdizes – São Paulo – SP, CEP: 05014-901. Email: afsantos@pucsp.br

² Graduada em Administração pela PUC-SP. Email: t-lana@hotmail.com

income, support and training these entrepreneurs. Based on the essence of the two models, the research in question is intended to delineate the similarities and differences between this two existing models of microcredit, demonstrating a comparison between this two programs and the main variables that permeate them.

Keywords: Microcredit, Poverty, microentrepreneurs, Grameen, Crediamigo.

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, a partir da experiência pioneira empreendida pelo professor Muhammad Yunus em Bangladesh, um novo modelo no atendimento às necessidades de recursos dos pequenos e dos microempreendedores se tornou mundialmente conhecido como microcrédito (YUNUS e JOLIS, 2006).

A discussão sobre a necessidade de se combater a pobreza e seus efeitos, bem como ações corretivas e preventivas, são parte fundamental do debate político, além de acadêmico. Neste contexto, o Brasil, apoiado na questão de desenvolvimento econômico e social, desenvolveu, anos depois, ferramentas baseadas no modelo do microcrédito para atendimento as necessidades de geração de renda a microempreendedores que não tinham possibilidades de atendimento em instituições financeiras comuns.

Dessa forma, propõe-se a análise comparativa entre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) utilizado na instituição Crediamigo, por meio do Banco do Nordeste e o modelo original de microcrédito do Grameen Bank, sob a ótica do dos impactos de ambos para o desenvolvimento econômico dos indivíduos, bem como as diferenças estruturais, mercadológicas e sistêmicas de ambos os modelos, principalmente no que diz respeito a seus objetivos. Quanto aos objetivos específicos, o primeiro deles é uma análise comparativa dos dois modelos de microcrédito existentes no Brasil e em Bangladesh, e suas principais diferenças.

Desta maneira, o objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico pelos países elevou a importância do papel do sistema financeiro na contribuição da causa e a aplicação de ferramentas para tal. Uma das ferramentas disponibilizadas pelas instituições financeiras é a disponibilidade de linha de crédito, e a linha de crédito que iremos abordar neste estudo é o microcrédito.

Com relação a metodologia, o trabalho fez a opção pelo método comparativo. cujos dados foram coletados por meio de pesquisa exploratória e bibliográfica, e se caracteriza pelo exame dos dados levantados em livros, artigos científicos para análise desenvolvida, basicamente constituída por dados secundários.

Por fim, será proposta a análise e discussão dos dados, bem como o diagnóstico para a questão apresentada na pesquisa, de forma comparativa, bem como a conclusão e as sugestões para futuras pesquisas sobre o tema do estudo.

A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO – COMPARANDO O MODELO INDIANO E BRASILEIRO

Microcrédito consiste na concessão de empréstimos de pequeno com focalização nos pobres e nos microempreendedores de baixa renda e empréstimos de pequenos a médios valores e ausência frequente de garantias reais e tangíveis. (Yunus, 2000, 2001; Barone et al, 2002), no ramo das microfinanças (Caldas,2003; Neri, 2008).

O Microcrédito Produtivo Orientado é “um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais”, destinado a “negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda”, não sendo utilizado para financiar o consumo (BARONE & SADER, 2008, p.1250), viabilizado pela Lei 11.110/05 no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Yunus (2004) afirma que, apesar do caráter do microcrédito ser de tirar as pessoas da pobreza, não deve ser enxergado como uma política assistencialista e sim como um direito universal, devido ao seu imenso potencial de impacto social. Cerca de 7 milhões de pessoas já foram beneficiadas por esta política via Grameen Bank, com giro financeiro anual de US\$6 bilhões e baixa inadimplência (YUNUS, 2008, p.239-240), através de uma política de aval solidário que reduz os custos de transação e minimiza o risco moral. (Tauaf e Carvalho, 2006).

Um outro aspecto apontado pelo autor é que, além dos benefícios diretos proveniente do microcrédito, este instrumento incentiva os clientes a se envolverem em atividades produtivas para quitar sua dívida, o que faz com que ele se esforce também para aumentar sua renda. A atuação do Estado é defendida quanto a atuação no estabelecimento de regulamentações relacionadas ao microcrédito e seu funcionamento, principalmente na criação e manutenção de um ambiente favorável ao setor (Passos et al, 2002; Moreira, 2002)

Em 2015 Bangladesh apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de US\$ 173 milhões e IDH de 0,57 – considerado médio. Seus indicadores sociais apresentavam índice de 16,4% de subnutrição e alfabetização de 58,8% da população adulta. O Brasil, por sua vez possui um PIB de cerca de US\$ 552 milhões de dólares em 2015 e IDH de 0,608 – considerado alto. Seu percentual de subnutrição é menor que 5% e a alfabetização adulta atinge 91% da população. (UNDP,2015).

A premissa original do Grameen Bank é o financiamento sustentável dos pobres, ou seja, com a cobrança de taxas de juros que cobrissem os custos das transações e metodologia adequada de seleção e controle dos tomadores. Além disso, a disponibilidade de crédito não é o objetivo principal do programa, sendo na verdade o progresso em termos socioeconômicos daqueles que utilizam o microcrédito.

A experiência brasileira em micro finanças, assim como na maioria das experiências latino-americanas, tem algumas características diferentes comparadas as práticas observadas em outras partes do globo. Ao contrário do resto do mundo, em que a maioria das iniciativas no setor partiram espontaneamente da esfera privada da sociedade, no Brasil tem-se partido geralmente de iniciativas públicas, ou em razão de programas de incentivos governamentais, que estimulam o fornecimento de crédito à população de baixa renda.

Houveram quatro ondas na evolução do microcrédito no Brasil: a. Instituições afiliadas a redes internacionais – líderes da sociedade civil iniciaram os esforços e colaboraram com membros da comunidade internacional (ex. Banco da Mulher); b. Organizações da sociedade civil – iniciativa dos líderes locais, marcada pela utilização de metodologias de micro finanças no auxílio a comunidade de baixa renda (ex. Portosol); c. Iniciativas governamentais – lançadas por líderes políticos, que percebiam as micro finanças como possibilidade de atender as necessidades da população (ex. Banco do Povo Paulista) d. Instituições financeiras – iniciativa dos setores privados e público, consequência da percepção das micro finanças como importante nicho de mercado (ex. Banco do Nordeste e Sociedade de Crédito ao microempreendedor).

Criado em 1997 com apoio do Banco Mundial e do Banco do Nordeste, o Crediamigo se tornou em dois anos a segunda maior instituição no fornecimento de microcrédito na América Latina. Posteriormente, com o PNMPO, cooperativas de crédito singulares, sociedades de crédito microempreendedor, agências de fomento, sociedades de crédito ao microempreendedor e Organizações da Sociedade Civil de interesse Público, devidamente cadastrados se tornaram aptas a oferecer tal tipo de serviço.

O CrediAmigo trabalha com a metodologia de Grupos Solidários e, concomitantemente à concessão do crédito, oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização do programa, incluindo os Assessores de Crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do Banco. Além deste ponto, o Crediamigo oferece um serviço que atende os clientes no próprio local aonde eles desenvolvem seus negócios, sendo este crédito liberado até sete dias úteis.

Neste aspecto, comparada a proposta do Grameen Bank se difere do PNMPO, pois este surgiu da necessidade de se ter normas e apoio técnico junto as instituições financeiras que ofereciam este tipo de financiamento e também junto aos desenvolvedores de atividades

produtivas de porte pequeno, enquanto aquele prioriza o objetivo unicamente social, vez que o próprio financiador é o banco de desenvolvimento.

Importante ressaltar que ambos os programas não financiam o consumo como objetivo principal, mas sim o provimento de recursos para a realização de atividades produtivas autônomas.

No que se refere a público alvo dentro das instituições, é notória a preferência pela mulher dentro do Grameen Bank, dados os aspectos culturais que permeiam a sociedade local. Já no Crediamigo, o público alvo são os empreendedores, com características essenciais como serem necessariamente empreendedores formais ou informais de pequeno porte.

A principal divergência reside no ponto em que o Grameen Bank é uma instituição autossuficiente, e recorreu poucas vezes ao crédito de terceiros. No Crediamigo, por sua vez, para haver concessão de crédito é necessária a contratação de pela instituição habilitada. Logo, no primeiro caso o microcrédito é a origem do processo e motivo principal do negócio, enquanto no segundo caso se torna um produto resultante do processo.

Ha semelhança nas garantias exigidas nos dois modelos, que é o caso do aval e do aval solidário, as taxas de juros reduzidas, as medidas estruturais que garantem a diferenciação do público bem como o tipo do crédito (de outras linhas convencionais ofertadas por outras instituições financeiras).

Embora os objetivos sejam opostos quando um direciona seus esforços para o desenvolvimento do indivíduo e as melhorias em sua vida e no ambiente em que esta inserido, e o outro foca no desenvolvimento de um empreendimento, é inegável que ambos contribuem com o desenvolvimento dos atendidos, seja pela possibilidade de amparo financeiro ou pela oferta de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se assim que o termo microcrédito considerado de forma isolada não é capaz de suprir todas as características que envolvem este tipo específico de empréstimo, nem seus objetivos, sendo assim possível concluir que o termo não pode ser padronizado. Assim, deve-se considerar além das terminologias dos conceitos financeiros. Isso se deve ao fato de que o microcrédito é relacionado diretamente aos benefícios sociais que a oferta do empréstimo pode oferecer aos indivíduos beneficiados, tendo o objetivo de desenvolvê-los tanto economicamente quanto socialmente.

O exemplo dos modelos apresentados demonstram que apesar de serem baseados nas mesmas variáveis do conceito de microcrédito, dentro do contexto em que se inserem, possuem diversas diferenças explicadas pelo ambiente em que estão inseridos, e pelas necessidades enxergadas por cada programa afim de cumprir um objetivo.

Vale ressaltar que no Brasil foram realizadas adaptações e diversos itens específicos para adaptação da realidade e necessidade de desenvolvimento do país, em relação ao modelo originalmente proposto por Yunus (2001), mas que através da utilização de tecnologia específica, o microcrédito objetiva minimizar os problemas decorrentes da assimetria (ou ausência) de informações dos tomadores, como a seleção adversa e o risco moral existentes mediante o empréstimo concedido ao público de baixa renda especificamente, com o intuito de gerar desenvolvimento e crescimento social e econômico, vez que a população de baixa renda possui mais restrições de acesso no sistema financeiro convencional, especialmente do mercado do crédito.

Sugere-se como continuidade a pesquisa que seja identificado quais as principais fontes de recursos financeiros para organizações de microcrédito no Brasil, bem como a análise da relação entre o número e o montante de operações liberadas pelos diversos tipos de organizações que atuam com microcrédito no Brasil, e seus critérios.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 6. edição. São Paulo: Atlas, 2014.

BANGLADESH: Profile. Human Development Report 2015. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BGD>. Acesso em: 03/09/2016

BARONE, Marcelo. LIMA, P. DANTAS, V. REZENDE, V. Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/htms/public/microcredito/pdf>. Acesso em: 04/10/2016

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, Dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000600012>. Acesso em: 14/10/2016

BRASIL. LEI No. 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005. DOU. Brasília, 26 abr. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/11110.htm. Acesso em: 04/10/2016.

CALDAS, Eduardo de Lima. Da experiência do Microcrédito à Micro finança. Artigo publicado na Revista Diálogo Econômico Local nº 1, julho de 2003.

Conjuntura e Análise, n.o 19. IPEA/MTE, 2002, pp. 9-10. Disponível em:<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E23DACE18FD/do_microcredito_microfinancas.pdf>. Acesso em: 03/11/2016.

CONSTANZI, Rogério N. Microcrédito no âmbito das políticas de trabalho e renda. In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n.o 19. IPEA/MTE, 2002, pp. 21-25. Disponível em:<

- http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5596/1/bmt_n.19_microcr%C3%A9ditono.pdf. Acesso em: 03/10/2016.
- COSTA, Fernando Nogueira. Microcrédito no Brasil, 2010. Texto para discussão (n.75) – Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarg.php?id=1805&tp=a>>. Acesso em: 18/10/2016.
- DANTAS, Valdi de Araújo. A tecnologia do microcrédito. S/L: MIMEO: RedeLis, 2004. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E3DC83362AC/tecnologia do mcpo_fomatado.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E3DC83362AC/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf). Acesso em: 03/10/2016.
- Food security indicators. In: FAO. FAOSTAT. 2014. FAO Statistical Yearbook 2014. Disponível em: <http://bit.ly/14FRxGV>. Acesso em: 03/04/2016.
- FORTES, Claudia. Impacto do Microcrédito. O impacto do microcrédito para a mulher latino-americana. Organizado por Cremilda Medina. Sao Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011.
- GONZÁLEZ-VEGA. Cláudio. Visão geral das micro finanças. Rio de Janeiro: BNDES, 2001 (Anais do Seminário Internacional BNDES de Micro finanças), pp. 24-35. Disponível em: <<http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Seminario%20BNDES%20Microfinancas.pdf>>. Acesso em: 06/10/2016.
- GRAMEEN BANK INFO. Monthly Reports - 12-2015. Grameen Bank. [S.I.]. 2015.
- HAAS, E. The study of regional integration. International Organization, v. 24, n.4, 1970.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Dados e taxas dos Países. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php. Acesso em: 03/04/2016.
- Food security indicators 2015. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/ess-fadata/en/>. Acesso em: 14/03/2016.
- FURLANI, José Reinaldo de Almeida. Como funciona o sistema financeiro nacional. Jun, 2013. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/Palestra_SF_N_04062013_Furlani.pdf. Acesso em: 04/05/2016
- Human Development Report 2014. Adult literacy rate (% aged 15 and above). New York: United Nations Development Programme (UNDP), 2014. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/adult-literacy-rate-both-sexes-ages-15-and-older>. Acesso em: 14/03/2016.
- Human Development Report 2015. Human Development Index and its components. New York: United Nations Development Programme (UNDP), 2015 p. 226-229. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2015_human_development_report.pdf>. Acesso em: 24/02/2016.

KHANDKER, Shahid. Does micro-finance benefit the poor? Evidence from Bangladesh. Manila: World Bank/Asia and Pacific Forum on Poverty, 2001. Disponível em: http://www.nyu.edu/projects/morduch/documents/microfinance/Does_Microfinance_Really_Help.pdf. Acesso em: 13/09/2015.

LIBERALISMO, conceito de. Disponível em: <http://conceito.de/liberalismo>. Acesso em: 14/03/2016.

LIMA, Shanna Nogueira. Microcrédito como política de geração de emprego e renda. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3202.pdf>. Acesso em: 24/08/2015.

LUNDBERG, Eduardo Luis. Bancos Oficiais e Crédito Direcionado - O que diferencia o mercado de crédito brasileiro?. Novembro/2011. Disponível em <www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>. Acesso em: 22/06/2016.

MOREIRA, R. ; ANTONELLO, I. T. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO – O MICROCRÉDITO. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, Outubro 2011. 98- 123. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/24834/16636>. Acesso em: 27/08/2015.

NERI, Marcelo (Org.). Microcrédito, o mistério nordestino e o Grammen brasileiro: Perfil e performance dos clientes do Crediamigo. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A.. Da repressão ao microcrédito: notas sobre princípios e alternativas institucionais para a expansão da fronteira financeira”. Disponível em: <<http://rep.org.br/pdf/84-10.pdf>> Acesso em 13/02/2016.

PASSOS, A. Ferreira dos. PAIVA, L. H. GALIZA, M. CONSTANZI, R. N. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de micro finanças. In: Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise, n.º 18. IPEA/MTE, 2002, pp. 41-61. Disponível em: [http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Focalizacao%20sustentabilidade%20e%20marco%20legal Uma%20revisao%20da%20literatura%20de%20microfinancas.pdf](http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Focalizacao%20sustentabilidade%20e%20marco%20legal%20Uma%20revisao%20da%20literatura%20de%20microfinancas.pdf). Acesso em: 24/08/2015.

PORTAL do Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Ministério do Trabalho e Emprego – PNMPO, 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/pnmpo/esclareca-suas-duvidas.htm#objetivos>. Acesso em: 03/04/2016.

População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acessado em: 01/05/2016.

Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2011. Disponível em:

- http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default_xls_2002_2011.shtm. Acessado em: 01/05/2016.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2002.
- Ranking IDHM Municípios 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>. Acessado em: 01/05/2016.
- Relatório 2014 Programas de Micro finanças do Banco do Nordeste. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/Relatorio_anual_2014_CREDIAMIGO.pdf/7cf9efa4-a0c7-4712-a459-4e037623724d. Acesso em: 29/04/2016
- Relatório 2013 Programas de Micro finanças do Banco do Nordeste. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/RELATORIO_Anuual_2013.pdf/785bc73c-7760-4ded-a924-8801e6d8e2ce. Acesso em: 29/04/2016
- Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/rdh_brasil_2009_2010.pdf. Acessado em 01/05/2016.
- Resultados – Crediamigo. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/resultados>. Acesso em: 29/04/2016.
- RIBEIRO, Cristina Tauaf e CARVALHO, Carlos Eduardo. Do Microcrédito às Micro finanças: Desempenho Financeiro, Dependência de Subsídios e fontes de financiamento: uma contribuição à análise da experiência brasileira. São Paulo; FAPESP; EDUC, 2006.
- SARFATI, G. Teorias de Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2006
- SECURATO, J. R. Mercado Financeiro - Conceitos, Cálculo e Análise de Investimento. 3 ed. São Paulo: Saint Paul, 2009.
- SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 237p
- TORGA , E. M. M. F. O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Análise de risco das operações de microcrédito por bancos governamentais brasileiros à luz das técnicas de duração e convexidade. Dissertação de Mestrado - UFMG, Belo Horizonte - MG, 2012. 121 páginas. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-96FJZE/revis_o_o_microcr_dito_como_instrumento_de_inclus_o_fin_anceira.pdf?sequence=1. Acesso em: 27/08/2015.
- United Nations, United Nations Statistics Division, National Accounts Main Aggregates Database, Basic Data Selection, New York, 2015. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/snaama/selectionbasicFast.asp>. Acesso em: 13/02/2016.
- USD/BDT - Dólar Americano Taka de Bangladesh. Disponível em: <http://br.investing.com/currencies/usd-bdt>. Acesso em: 14/03/2016.

USD/BRL - Dólar Americano Real Brasileiro. Disponível em: <http://br.investing.com/currencies/usd-bdt>. Acesso em: 14/03/2016.

VALENTE, Mônica. Do microcrédito às micro finanças. Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise – Ipea, 2002, vol. 19. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5548/1/bmt_n.19_microfinan%C3%A7a.pdf. Acesso em: 14/03/2016.

World Population Prospects: The 2015 Revision. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York, 2015. Population at mid-year. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>. Acesso em: 14/03/2016.

YUNUS, M.; WEBER, K. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo. 1. ed. Paulo: Ática, 2008.

YUNUS, Muhammad, O Banheiro dos Pobres. 1a Edição. São Paulo: Editora Ática. 2008.